

CADERNO DE ATOS DO PODER EXECUTIVO: ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

EDITAIS

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE CODESAVI – EM LIQUIDAÇÃO

Senhores Acionistas

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresento aos senhores acionistas, para exames e considerações, as Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer do Conselho Fiscal e da Auditoria Independente, referente ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2023. Fico à disposição dos Senhores Acionistas e demais interessados para outros esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Vicente, 23 de abril de 2024.

O LIQUIDANTE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

ATIVO	2023	2022
CIRCULANTE	7.856.417,36	8.050.980,64
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4 a.)	5.800,48	6.917,71
Duplicatas a Receber (nota 4 b.)	70.473.403,34	70.473.403,34
Outros Créditos (nota 4 c.)	30.616.559,64	30.616.559,64
Acordo PMSV/CODESAVI (nota 4 d.)	53.353.015,81	56.457.552,94
INSS a compensar (nota 4 f.)	5.295.112,44	5.488.558,49
Depósitos Judiciais (nota 4 g.)	2.517.022,64	2.517.022,64
PCLD s/Duplicatas e Acordos a receber da PMSV (nota 4 e.)	(154.404.496,99)	(157.509.034,12)
Imobilizado (nota 5.)	194.000,62	210.843,94
Intangível (nota 6.)	220.818,85	236.691,97
TOTAL DO ATIVO	8.271.236,83	8.498.516,55

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)

PASSIVO	2023	2022
CIRCULANTE	665.112.702,16	633.099.731,90
Fornecedores	41.025.346,80	41.017.412,27
Obrigações Sociais e Fiscais (nota 7 a.)	496.685.241,26	465.801.328,58
Outras Obrigações (nota 7 b.)	99.799.019,55	99.793.623,18
Provisão para Férias (nota 7 c.)	710.585,77	744.035,07
Provisão para Contingências (nota 7 d.)	26.892.508,78	25.743.332,80
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (nota 10)	(656.841.465,33)	(624.601.215,35)

Capital Social (nota 10. a)	4.364.814,01	4.364.814,01
Prejuízos Acumulados	(661.206.279,34)	(628.966.029,36)

TOTAL DO PASSIVO 8.271.236,83 8.498.516,55

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
EM 31 DE DEZEMBRO (EM REAIS)**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
RECEITA BRUTA		
Receita da Rodoviária de São Vicente	2.604,98	2.089,78
Receitas Financeiras	175,67	-
RECEITA LÍQUIDA	2.780,65	2.089,78
(-) Custos das Obras e Serviços	(504.932,00)	(195.506,72)
LUCRO BRUTO	(502.151,35)	(193.416,94)
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas Administrativas	(1.288.048,79)	(1.917.111,65)
Despesas Financeiras	(30.915.862,14)	(26.953.584,64)
Despesas Tributárias	(39,47)	-
Constituição de Provisões	(2.638.685,36)	(9.228.553,33)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(35.344.787,11)	(38.292.666,56)
Prejuízo do Exercício	<u>(35.344.787,11)</u>	<u>(38.292.666,56)</u>
Prejuízo por ação do capital social	(17,8149)	(19,3006)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(EM REAIS)**

Descrição	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2021	<u>4.364.814,01</u>	<u>(595.444.491,47)</u>	<u>(591.079.677,46)</u>
Reversão de ajuste de exercícios anteriores		4.771.128,67	4.771.128,67
Resultado do exercício		(38.292.666,56)	(38.292.666,56)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>4.364.814,01</u>	<u>(628.966.029,36)</u>	<u>(624.601.215,35)</u>

Reversão de ajuste de exercícios anteriores	3.104.537,13	3.104.537,13
Resultado do exercício	(35.344.787,11)	(35.344.787,11)
Em 31 de dezembro de 2023	<u>4.364.814,01</u>	<u>(661.206.279,34)</u>
		<u>(656.841.465,33)</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis
LEANDRO LIMA DOS SANTOS
LIQUIDANTE
MATHEUS DA SILVA FERNANDES
DIRETOR CONTÁBIL
CONTADOR-CRC 1SP342140/O-7

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(EM REAIS)**

1 Informações Gerais

A Companhia de Desenvolvimento de São Vicente – CODESAVI, em processo de liquidação, tinha por objeto a realização das atividades de execução de obras e serviços, estudos e projetos relacionados com o desenvolvimento e a urbanização do Município de São Vicente.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de novembro de 2019, foi deliberada a liquidação da Companhia, aprovada na Câmara Municipal em 09/05/2019, fato publicado no Diário do Litoral, Lei Complementar nº 934, publicada no dia 11/05/2019 e Lei Complementar nº 951, publicada no Diário do Litoral do dia 10/08/2019 e referendada pelo Executivo Municipal. Nesta assembleia, foi determinada a destituição dos membros da Diretoria e a nomeação de um liquidante, nos termos do artigo 208, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404/76, com a responsabilidade de elaborar o plano de liquidação da sociedade.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 17 de dezembro de 2021, foi deliberado novo prazo de 180 (cento e oitenta) dias para liquidação da sociedade.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de agosto de 2022, foi deliberado novo prazo, ficando consignado que a renovação do prazo de liquidação seja anual, determinado em AGO.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023, foi deliberado novo prazo, podendo ser renovado na próxima AGO.

2 Base de Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis

A Administração autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2023, em 09 de abril de 2024. Estas demonstrações foram elaboradas em observância as resoluções emanadas do Conselho Federal de Contabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com a legislação societária e práticas contábeis, em observância aos Pronunciamentos Contábeis emitidos, que incluem estimativas e premissas como a mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa, estimativas para a determinação da vida útil de ativos e provisões necessárias para passivos contingentes.

Em razão da liquidação da Companhia, foi realizada a reclassificação contábil dos saldos relativos aos direitos e obrigações, apresentadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022, dos respectivos grupos do Ativo e Passivo Não Circulantes, para os grupos do Ativo e Passivo Circulantes, no Balanço Patrimonial.

DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

APURAÇÃO DO RESULTADO

As despesas administrativas, financeiras e decorrentes da constituição de provisões, foram reconhecidas com base no regime de competência.

4. Ativo Circulante

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa Geral	2.500,00	860,90
Bancos Conta Corrente	2.143,24	4.966,76
Aplicações Financeiras	1.157,24	1.090,05
TOTAL	5.800,48	6.917,71

B. DUPLICATAS A RECEBER

Refere-se às Notas Fiscais/Faturas de Serviços emitidas, compreendendo o período de setembro de 2005 a novembro de 2009, no total de R\$ 66.344.878,08, e às Notas Fiscais de Serviços Eletrônicas, relativas ao período de março de 2015 a janeiro de 2017, para a PMSV, no valor de R\$ 4.128.525,26, pendentes de liquidação. Valor total do crédito, de R\$ 70.473.403,34.

C. OUTROS CRÉDITOS

Trata-se de valores incorridos nas aquisições de materiais e serviços, no período de novembro de 2005 a novembro de 2009, utilizados na execução de contratos da PMSV, e cobrados junto ao Executivo, através de notas fiscais de simples remessa e notas de débitos, cujo valor está pendente de reembolso. Em 31/12/2023, o saldo a receber de notas fiscais de simples remessa é R\$ 6.154.155,43, e as notas de débitos, em R\$ 24.375.473,41. Constatam também com o saldo, valores pendentes de recebimentos, relativos a permissão de boxes na Rodoviária de São Vicente, administrada pela Codesavi, no total de R\$ 48.449,00, IRRF s/ salários do mês de abril/2014, recolhido indevidamente, no valor de R\$ 38.481,80, totalizando R\$ 30.616.559,64.

ACORDOS PMSV/CODESAVI

Estão pendentes de recebimento os seguintes processos administrativos dos acordos firmados com a PMSV, no montante de R\$ 53.353.015,81:

d. 1 - PROCESSO 022/15

Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento para pagamento firmado em 24/04/2015 com a PMSV para recebimento de Faturas de Serviços, NFS-e e Notas de Débitos emitidas no período de 04/05/2010 até 14/11/2014. Constatam também, pendentes de recebimento, valores vencidos a partir de janeiro de 2021, totalizando R\$ 11.065,32.

d. 2 - PROCESSO 069/99

São débitos vencidos no período de janeiro de 1996 até julho de 1999, decorrentes dos serviços faturados para a PMSV, conforme Instrumento Particular de Confissão de Dívida, firmado em 10/04/1999. Estão pendentes de recebimento, valores vencidos de 20/09/2010 até 31/12/2020, totalizando R\$ 25.385.208,17.

d. 3 - Aditamento Processo 069/99

Aditamento ao Acordo PMSV/CODESAVI, Processo 069/99, firmado em 22/04/2002, referente ao Instrumento Particular de Confissão de Dívida de 10/04/1999, para recebimento de valores devidos pela PMSV. Estão pendentes de recebimento, valores vencidos até 31/12/2020, totalizando R\$ 20.997.133,80.

d. 4 - PROCESSO 148/05

Em 14/02/2005, foi assinado Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento junto à PMSV, para pagamento em 120 parcelas mensais, incluindo débitos do período de 1996 até 2004. Estão pendentes de recebimento, valores vencidos até 31/12/2020, totalizando R\$ 3.055.184,52.

d. 5 - PROCESSO 002/08

Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento firmado com a PMSV, em 27/12/2007, para recebimento em 120 parcelas mensais, de parte dos débitos do ano de 2005. Os valores devidos até 31/12/2021, totalizam R\$ 3.904.424,00.

E. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PCLD

No exercício de 2023, mediante o recebimento extraordinário de créditos, da Prefeitura Municipal de São Vicente, houve a reversão de parte da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, constituída em 31 de dezembro de 2018, em razão do reconhecimento de erro imputável no registro de créditos a receber, em exercícios anteriores, cuja contrapartida foi contabilizada na rubrica contábil de Ajustes de Exercícios Anteriores, no Patrimônio Líquido.

F. INSS A COMPENSAR

São valores do INSS retido nos faturamentos efetuados para a PMSV através de NFS-E's emitidas a partir do mês julho de 2011, no valor total de R\$ 5.295.112,44 para compensação na contribuição previdenciária patronal devida pela empresa.

G. DEPÓSITOS JUDICIAIS

São depósitos efetuados por ordem da Diretoria Jurídica da CODESAVI ao longo dos exercícios, para garantia de interposição de recursos em causas trabalhistas, no total de R\$ 2.517.022,64.

5. Imobilizado

É registrado pelo valor de aquisição e a depreciação é calculada pelo método linear, mediante a utilização de taxas admitidas na legislação fiscal, e que também refletem a vida útil estimada dos bens.

Descrição	2023	2022	(%)
Móveis e utensílios	426.461,12	426.461,12	10
Máquinas e equipamentos	276.001,34	276.001,34	10
Máquinas e equipamentos de escritório	31.553,51	31.553,51	10
Veículos	104.373,71	104.373,71	20
Equipamentos de telefonia	12.282,90	12.282,90	20
Computadores e periféricos	270.196,58	270.196,58	20
Equipamentos de segurança	1.215.050,96	1.215.050,96	20
Total do Imobilizado – Custo	2.335.920,12	2.335.920,12	
(-) Depreciação acumulada	-2.007.891,84	-1.991.048,52	
(-) Perda por desvalorização	-134.027,66	-134.027,66	
Total do Imobilizado Líquido	194.000,62	210.843,94	

6. Intangível

Descrição	2023	2022	(%)
Investimentos em softwares	500.109,34	482.353,90	
(-) Amortização acumulada	-279.290,49	-245.661,93	10
Total do Intangível	220.818,85	236.691,97	

7. Passivo Circulante

a. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

Trata-se dos impostos pendentes de pagamento pela empresa que deixaram de ser quitados tempestivamente, das obrigações trabalhistas e demais impostos apurados, conforme a seguir demonstrado:

Descrição	2023	2022
INSS EMPRESA/FUNCIÓNÁRIOS/FORNECEDORES	254.214.136,93	235.820.345,61
INSS DESONERAÇÃO	3.121.785,17	2.895.904,61
FGTS	40.443.800,04	36.767.626,83
IRRF SALÁRIOS/FORNECEDORES	8.304.536,66	7.476.074,26
COFINS/PIS/CSLL Retidos/Contribuição Sindical	13.890.350,22	12.507.975,96
COFINS S/FATURAMENTO DE SERVIÇOS	138.217.447,62	133.244.483,53
PASEP S/FATURAMENTO DE SERVIÇOS	32.025.043,90	30.760.081,32
ISS RETIDO FORNECEDORES DE SERVIÇOS	929.597,97	929.597,97
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	3.702.542,47	3.722.485,24
IRPJ	1.143.065,59	1.028.748,46
CSLL	449.257,76	404.327,86
CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA	243.676,93	243.676,93
	496.685.241,26	465.801.328,58

O recolhimento do PASEP e da COFINS encontra-se suspenso por força de ação interposta pela CODESAVI.

Em virtude do cancelamento de diversos parcelamentos, celebrados em exercícios anteriores, a Companhia possui impedimento na obtenção das certidões de débitos junto à Secretaria da Receita Federal e Fazenda Nacional.

b. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Referem-se aos valores abaixo, que totalizam R\$ 99.799.019,55

b. 1 – Acordo Cavo/Codesavi – PROCESSO 137/05

Refere-se ao Acordo Cavo/Codesavi, relativo ao Instrumento de Confissão de Dívida e Acordo para Pagamento junto a CAVO – Serviços e Meio Ambiente S. A, aditado em 16/03/2007. A Diretoria Jurídica da Codesavi elaborou minucioso relatório argumentando sobre a prescrição desta dívida, que

está na dependência de decisão, nos termos das normas de organização judiciária, cujo valor importa em R\$ 97.784.665,77.

b. 2 – Outras Obrigações

Trata-se de outros débitos, tais como, pensão alimentícia R\$ 1.393,03, sabesp-conta de água R\$ 1.559,23, fretes R\$ 62.521,00, seguro de vida R\$ 74.816,31, aluguéis R\$ 20.644,36, convênio compras R\$ 47.073,29, convênio odontológico R\$ 264.748,53, convênio médico R\$ 1.222.864,22, Vale Alimentação da distribuir R\$ 4.322,48, Contribuição Senai R\$ 111.180,97, CETESB R\$ 16.705,00 e acordos celebrados com fornecedores R\$ 186.525,36, perfazendo o montante de R\$ 2.014.353,78.

c. – Provisão para Férias

A Provisão para Férias no valor R\$ 710.585,77 foi constituída com base nos direitos vencidos e a vencer, adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os correspondentes encargos previdenciários e sociais.

d.- PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**d. 1 - Processos Trabalhistas**

Os processos trabalhistas em andamento em 31/12/2023, classificados como de perda provável, de acordo com relatório dos advogados que patrocinam as causas, totalizam R\$ 23.582.507,79. O montante está devidamente provisionado no Balanço Patrimonial, e o respectivo desembolso de caixa deve ocorrer somente depois de esgotados todos os recursos legais de defesa, cabíveis a cada caso. No referido relatório, as causas classificadas como de perda possível totalizam R\$ 4.154.365,75, cujo montante não foi provisionado, conforme NBC TG 25 (R2).

d. 2 - Processos Tributários

A empresa especializada Trevisan e Monte Serrat Advogados Associados interpôs ação de natureza tributária na 1ª Vara Federal de São Vicente/SP, 41ª Subseção Judiciária Federal de São Paulo, em face de quem de direito com objetivo de anular ou reduzir o valor do PIS, COFINS, IRPJ, CSLL, ISS e INSS, com uso dos institutos jurídicos da imunidade, isenção, não incidência, prescrição e/ou decadência a ser analisado a sua situação em cada caso concreto, com resultado favorável conforme Ação pelo procedimento comum nº 0005199-63.2015.403.6141.

Os valores constantes em nosso relatório dos advogados que patrocinam as causas tributárias da Companhia encontram-se provisionados nas contas contábeis do passivo, grupo de obrigações sociais e fiscais, nota explicativa 7.A.

d. 3 - Processos Cíveis

Os processos cíveis em andamento em 31/12/2023, classificados como de perda provável, de acordo com relatório dos advogados que patrocinam as causas, totalizam R\$ 3.310.000,99 e estão devidamente provisionados no Balanço Patrimonial. No referido relatório, os processos classificados como de perda possível totalizam R\$ 15.457.818,78, e foram parcialmente provisionados, conforme NBC TG 25 (R2).

8 – Partes Relacionadas

As partes relacionadas se caracterizam pelos recursos extraordinários repassados no exercício, pela PMSV, a qual é nossa única fonte de recursos, e os valores recebidos foram provenientes de créditos a receber de exercícios anteriores, não mais havendo contrato de prestação de serviços entre as partes.

9 – Remuneração Paga aos Administradores

No exercício de 2023, foram pagos os seguintes montantes aos administradores: Liquidante: R\$ 207.572,50, Conselho Fiscal: R\$ 47.220,18 e Comitê de Auditoria e Elegibilidade: R\$ 50.634,93.

10 - Patrimônio Líquido**10. a – Capital Social**

O Capital Social integralizado no valor de R\$ 4.364.814,01 está representado por 1.984.006 ações ordinárias, todas escriturais e com valor nominal de R\$ 2,20 cada ação.

10. b – Ajuste de Exercícios Anteriores

Conforme o mencionado na nota explicativa 4-E, com os recebimentos ocorridos no exercício de 2023, de créditos extraordinários da Prefeitura Municipal de São Vicente, no total de R\$ 3.104.537,13, o saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, foi revertido nesse montante em contrapartida no Patrimônio Líquido.

11 - Eventos Subsequentes

a) Em observância ao disposto na NBCTG 24(R2), a administração da CODESAVI, analisou os eventos subsequentes até o dia 09 de abril de 2024, data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, não havendo a ocorrência de qualquer fato, que possa requerer ajustes nos saldos apresentados nas demonstrações contábeis, relativas à data base de 31 de dezembro de 2023.

LEANDRO LIMA DOS SANTOS
Liquidante

MATHEUS DA SILVA FERNANDES
Diretor Contábil
Contador-CRC 1SP342140/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Liquidante da
CODESAVI - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE - Em Liquidação.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da CODESAVI - Companhia de Desenvolvimento de São Vicente - Em Liquidação, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e das mutações do patrimônio líquido, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CODESAVI - Companhia de Desenvolvimento de São Vicente – Em Liquidação, em 31 de dezembro de 2023, e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalvas

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, da CODESAVI – Companhia de Desenvolvimento de São Vicente – Em Liquidação, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis a uma Companhia em atividade normal, que pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das suas obrigações em curso normal de suas atividades. No entanto, em razão da situação patrimonial desfavorável apresentada nas referidas demonstrações contábeis, em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2023, foi deliberado que a renovação da liquidação da CODESAVI – Companhia de Desenvolvimento de São Vicente, será realizada na periodicidade anual.

Principal Assunto de Auditoria

Consideramos que o assunto descrito na seção “Base Opinião com ressalvas”, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente, sendo, portanto, o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório.

Outros Assuntos

No exercício de 2023, obtivemos resposta dos Assessores Jurídicos referente ao processo de origem tributária, cujo requerente é a Caixa Econômica Federal, apresentando a probabilidade de perda possível, motivo pelo qual não foi constituída a Provisão para Contingências.

Validamos o saldo dos tributos em atraso, apresentado no Balanço Patrimonial da CODESAVI – Companhia de Desenvolvimento de São Vicente – Em Liquidação em 31 de dezembro de 2023, através da verificação dos Relatórios emitidos pela Receita Federal e PGFN, apresentados em 12 de abril de 2024.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional

e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriado às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 25 de abril de 2024.

SACHO – AUDITORES INDEPENDENTES

CRC – 2SP 017.676/O-8

CNAI PJ: 000155

HUGO FRANCISCO SACHO

CRC – 1SP 124.067/O-1

CONSELHO FISCAL**Parecer sobre o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração das mutações do patrimônio líquido com as respectivas notas explicativas, relativas ao exercício social do ano de 2023.**

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento de São Vicente Codesavi – Em Liquidação, em reunião extraordinária nesta data, e no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação municipal e federal vigente, apreciou o balanço patrimonial, a demonstração do resultado e a demonstração das mutações do patrimônio líquido com as respectivas notas explicativas, relativas ao exercício social do ano de 2023, apresentado pelo Liquidante da Companhia.

Considerando o relatório da auditoria independente, sobre as respectivas demonstrações contábeis e considerando as manifestações dos membros do Conselho Fiscal, por unanimidade é de parecer favorável à aprovação do referido balanço, com a manifestação e considerações no Relatório do Auditor Independente - RAI (Sacho Auditores Independentes).

É o que nos cabia apresentar, devendo ser submetido a elevada consideração para Assembleia Ordinária.

São Vicente, 25 de abril de 2023.

ERIKA FERREIRA DA SILVA

SANDRA REGINA MOTA GUIMARÃES

FRANCISCO MARCIO DOS SANTOS PEREIRA

(conselheiro de 01/01/2023 a 29/11/2023)

NELSON NOVAES SILVA BORGES

(conselheiro de 29/11/2023 a 31/12/2023)



PODER EXECUTIVO

O BOLETIM OFICIAL DO MUNICÍPIO É PRODUZIDO PELA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

Prefeito

Kayo Amado

Vice-prefeita

Sandra Conti

Secretaria de Gestão (SEGES)

Yuri Camara Batista

Secretaria Executiva (SEP)

Mario Santana Neto

Secretaria de Imprensa e Comunicação Social (SEICOM)

Kennedy Lui dos Santos

Jornalista Responsável

Vinicius Claro Gouvêa do Carmo (Mtb 96.005/SP)

Editoração Eletrônica

Anne Meire Pereira Mazagão Romão

Elisa Barbosa

Fernanda Barcelos

Fernando Silvestre

Revisores

Iago R. Ervanovite

Stephany Gonçalves Ribeiro

CONTATOS IMPRENSA

E-mail: imprensa@saovicente.sp.gov.br

Telefones: (13) 3579-1369 / (13) 3579-1367 / (13) 3579-1371

Site: www.saovicente.sp.gov.br



saovicenteoficial



prefeiturasv



TV Primeira



www.saovicente.sp.gov.br

10

Assinado digitalmente por:
KAYO FELYPE NACHTAJLER AMADO
CPF: ***.762.868-**
Certificado emitido por AC VALID RFB v5
Em nome de MUNICIPIO DE SAO VICENTE
CNPJ: 46.177.523/0001-09
Data: 26/04/2024 11:21:48 -03:00

TECHCERT



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: BFQMS-RXSVK-L9MHF-TAVVA

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ KAYO FELYPE NACHTAJLER AMADO (CPF ***.762.868-**) - MUNICIPIO DE SAO VICENTE (CNPJ 46.177.523/0001-09) em 26/04/2024 11:21 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://signer.techcert.com.br/validate/BFQMS-RXSVK-L9MHF-TAVVA>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://signer.techcert.com.br/validate>